Assemperj SINDSEMP-RJ

Jornal do Servidor

Set-Dez 2025 | EM DEFESA DOS SERVIDORES DO MPRJ | assemperj.org.br

6 e 7 Especial
REFORMA ADMINISTRATIVA: MODERNIZAÇÃO OU RETROCESSO?

3 Jurídico
Sindsemp-RJ questiona expansão de vagas de residência jurídica no MPRJ

5 Giro Nacional
Nova lei garante direitos especiais a servidores com fibromialgia

4 Giro Institucional
Diretoria intensifica fiscalização sobre remoções de servidores

8 Assédio Não
Afastamento de desembargador do TRT-1 reforça que apenas a luta coletiva vence o assédio moral

9 Assemperj Indica
Luz, câmera, leitura! Dicas culturais para servidores e servidoras

10 Divulgação
Servidor Em Foco: novo videocast do Sindsemp-RJ fortalece a nossa voz

11 Opinião
Só faça se atender ao interesse público

12 Servidor em Foco
Ninguém sai ileso de uma mãe: Camila Anllelini fala sobre seu livro e inspirações

EDITORIAL

Eduardo Sá
Assessor de Comunicação da Assemperj

Na matéria de capa desta edição, chamamos atenção para a Reforma Administrativa em curso no Congresso Nacional. O projeto, a pretexto de *"modernizar o Estado Brasileiro"*, ameaça carreiras e direitos históricos dos servidores públicos. É fundamental que a categoria participe das campanhas e da mobilização nacional em defesa de uma administração pública eficiente e com servidores valorizados. Convocamos todos a pressionar os parlamentares para que essa pauta não seja aprovada em 2026!

Também abordamos a atuação junto ao CNMP contra o aumento de contratações de residentes jurídicos, que se aproxima do total de concursados, substituindo efetivos por mão de obra temporária. Alertamos ainda sobre o cargo de *"secretário particular da chefia"*: não devemos utilizar estagiários, residentes ou terceirizados para questões particulares e devemos recusar pedidos de superiores, garantindo um melhor ambiente de trabalho e serviço público de qualidade.

O assédio moral e a saúde mental continuam na nossa agenda. Destacamos o afastamento de um desembargador, juiz trabalhista no TRT da 1ª Região, acusado de assédio por ao menos dez servidores, reforçando a importância do relato coletivo à liderança sindical. Também repercutimos a Lei Federal n.º 15.176/2025, que incluirá a fibromialgia como deficiência a partir de 2026, e acompanhamos no CNMP a proposta de modificação da Resolução n.º 237/2021, para incluir transtornos mentais nas condições especiais de trabalho.

Reivindicação histórica, a regulamentação das remoções e permutas dos servidores no MPRJ ainda não avançou. Por isso, o Sindsemp-RJ criou o Observatório das Remoções e Permutas. Outra novidade é o lançamento do videocast *Servidor Em Foco*, que já teve dois episódios e está disponível nas redes sociais, Spotify e YouTube.

A cultura também é destaque nesta edição. Uma das nossas diretoras lança coluna com dicas de filmes e literatura, e divulgamos o livro *De Amor e outros Ódios*, da associada Camila Parobé Anllelini, semifinalista do Prêmio Jabuti 2024 e finalista do Prêmio Minuano de Literatura 2024. Na entrevista, ela fala sobre sua relação com a literatura e futuros projetos.

Boa leitura!

Eduardo Sá - Assessor de Comunicação da Assemperj

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria:
Vinícius Zanata - presidente
Juliana Vargas - vice-presidente
Uélinton de Souza - diretor geral
Letícia Sant'ana – diretora adjunta
Matheus Nunes – diretor adjunto
Natália Jaconianni – diretora adjunta
Patrícia Pereira – diretora adjunta

Texto: Eduardo Sá (MTB: JP 33266RJ) e Vinícius Zanata
Edição: Mobiliza Comunicação - Isis Torres Munhoz e Stephanie Hora
Diagramação: Mobiliza Comunicação - Gabriela Prado
Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Presidente Antônio Carlos, 607/12° andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ

Jurídico

SINDSEMP-RJ QUESTIONA EXPANSÃO DE VAGAS DE RESIDÊNCIA JURÍDICA NO MPRJ

Sindicato denuncia precarização e defende valorização dos servidores efetivos do MPRJ

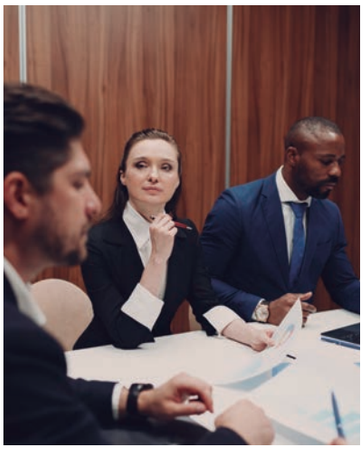
O Sindsemp-RJ protocolou, no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) para contestar a ampliação do Programa de Residência Jurídica do MPRJ. O pedido, de caráter urgente, busca suspender o edital do III Processo Seletivo, que prevê a contratação de 350 residentes jurídicos, número que pode elevar o total de alunos-residentes a 1.400.

Segundo o sindicato, a medida descaracteriza a finalidade pedagógica prevista em lei e substitui servidores efetivos por mão de obra temporária e precária. O número de residentes já ultrapassa o de membros do Ministério Público em atividade e se aproxima do total de servidores efetivos, o que, para o Sindsemp-RJ, gera desequilíbrio institucional.

> **“O sindicato também aponta irregularidades: o edital amplia de dois para três anos o prazo máximo de estágio, em desacordo com a Lei de Estágio (Lei n.º 11.788/2008), eleva a jornada diária de seis para oito horas e reduz de 10% para 5% a reserva de vagas a pessoas com deficiência. Para a entidade, essas distorções configuram “desvio de finalidade” e transformam a residência em substituição precária da mão de obra efetiva**

O sindicato alerta para o impacto orçamentário: com custo mensal estimado em R$ 4.260 por residente, o programa pode gerar despesa anual próxima de R$ 72 milhões. Esses recursos, defende o Sindsemp-RJ, poderiam fortalecer o quadro efetivo por meio de funções gratificadas e concursos públicos.

A entidade argumenta que o modelo viola princípios constitucionais como legalidade, moralidade, eficiência e proporcionalidade. O caso será analisado pelo CNMP, que poderá suspender os efeitos do edital e rever a política do MPRJ.



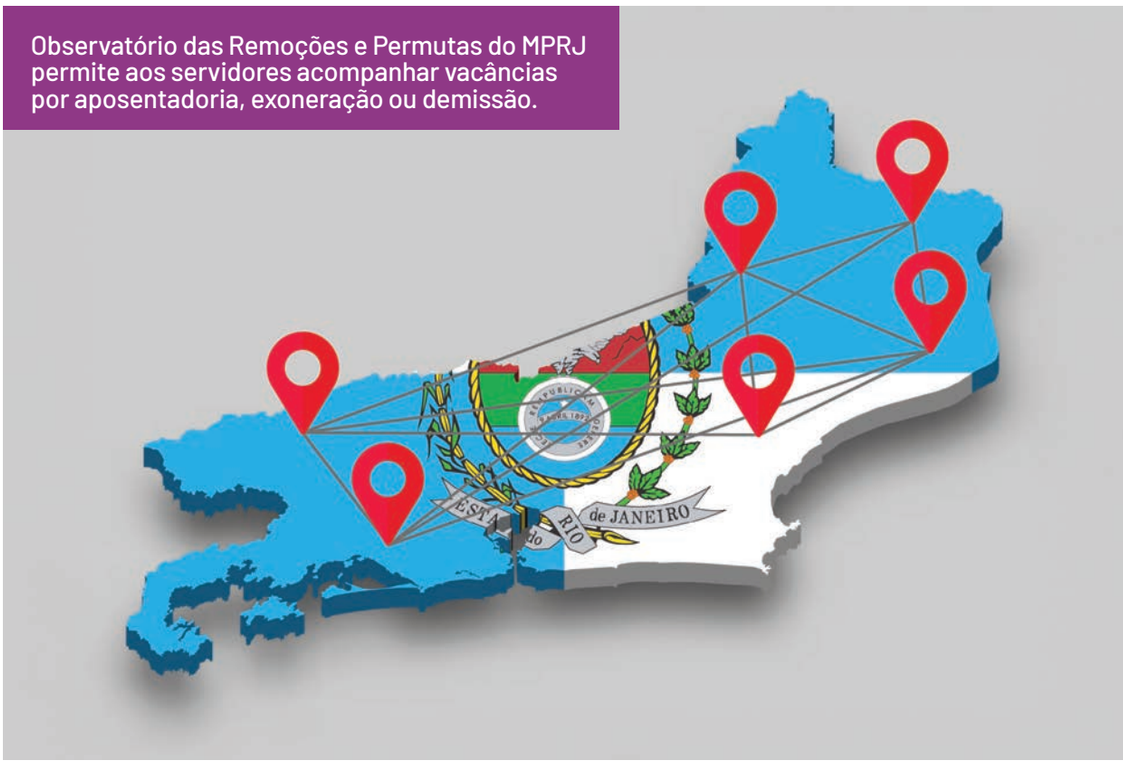
O Sindsemp-RJ reafirma sua posição histórica contra a precarização das relações de trabalho e em defesa do servidor efetivo como eixo da dignidade do serviço público.

Giro Institucional

DIRETORIA INTENSIFICA FISCALIZAÇÃO SOBRE REMOÇÕES DE SERVIDORES

Entidade questiona ausência de regulamentação e cobra critérios objetivos nas remoções e permutas do MPRJ

Observatório das Remoções e Permutas do MPRJ permite aos servidores acompanhar vacâncias por aposentadoria, exoneração ou demissão.



Após esgotadas as tentativas de negociação sobre a regulamentação das remoções no MPRJ, a diretoria da Assemperj | Sindsemp-RJ intensificará a fiscalização do processo de movimentação interna, especialmente para coibir a preterição de nomeados do novo concurso.

Diversas diretorias da entidade já haviam defendido regras claras e objetivas para remoções e permutas. Após sucessivas tratativas, em junho, o então procurador-geral Antônio José Campos Moreira negou os pedidos, resultando no arquivamento de procedimentos de 2018 e 2025 que buscavam normatizar o tema.

A Assemperj levou o caso ao Conselho Nacional do Ministério Público, mas o relator entendeu não haver base legal para intervir, mantendo a discricionariedade da chefia institucional diante da falta de regulamentação.

A decisão de intensificar a fiscalização decorre de deliberação em Assembleia Geral, que cobra mais transparência e impessoalidade no programa de remoções, princípios que, segundo a entidade, vêm sendo violados. A postura do MPRJ, avalia a diretoria, reforça o controle das chefias sobre as movimentações, o que gera distorções, como a recusa de técnicos sem formação em Direito para funções que exigem apenas nível médio.

Observatório das Remoções e Permutas do MPRJ

Apesar do revés na tentativa de regulamentação, o Sindsemp-RJ lançou, no fim de agosto, o Observatório das Remoções e Permutas do MPRJ para ampliar a transparência no processo de remoções e permutas.

A ferramenta permitirá que os servidores acompanhem vacâncias por aposentadoria, exoneração ou demissão, além das nomeações posteriores. Um formulário *on-line* coleta informações dos próprios servidores, já que o MPRJ não divulga a fila de inscrições do programa oficial.

A diretoria também pretende orientar os servidores sobre hipóteses de remoção que independem de autorização da chefia, o que inclui a manutenção da unidade familiar ou o acompanhamento de pessoa enferma, situações em que há decisões judiciais favoráveis.

Com a entrada dos novos concursados, a entidade promete atenção redobrada às nomeações e possíveis casos de preterição, com ações judiciais quando cabíveis. Mesmo diante das negativas, a Assemperj | Sindsemp-RJ reafirma o compromisso de transformar o processo de remoções em um instrumento democrático e transparente.

Experiência nos estados

Ainda não há levantamento nacional sobre a regulamentação de remoções e permutas nos Ministérios Públicos estaduais, segundo a Fenamp e a Ansemp. Um exemplo é o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), que possui resolução específica sobre o tema.

O Provimento n.º 02/2023 do MPRS prevê remoções a pedido ou de ofício, com ou sem mudança de sede, além de permutas por interesse mútuo ou motivos familiares e de saúde. A norma também estabelece critérios administrativos, como existência de cargo vago e anuência das chefias.

A experiência gaúcha pode servir de referência para novas reivindicações das entidades de classe em outros estados.

Giro Nacional

NOVA LEI GARANTE DIREITOS ESPECIAIS A SERVIDORES COM FIBROMIALGIA

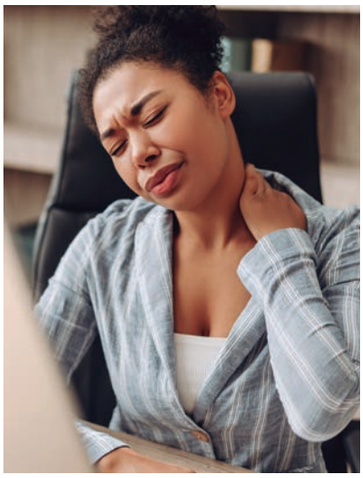
Mudança amplia proteção e acolhimento a quem convive com dor crônica

Em 23 de julho de 2025, o presidente Lula sancionou a Lei Federal n.º 15.176/2025, que reconhece a fibromialgia como deficiência para efeitos legais. A Síndrome de Fibromialgia, também conhecida como Fadiga Crônica ou Síndrome Complexa de Dor Regional, é caracterizada por dor muscular generalizada e crônica, acompanhada de outros sintomas como fadiga persistente, distúrbios do sono, alterações de memória e concentração, ansiedade e depressão.

Embora não tenha cura, a fibromialgia pode ser controlada com acompanhamento médico, terapias multidisciplinares e adaptações na rotina de trabalho, o que torna fundamental o acolhimento institucional para quem convive com a doença.

O reconhecimento legal gera repercussões importantes para servidores do MPRJ, como a possibilidade de requerer condições especiais de trabalho, aposentadoria especial, além de direitos como o auxílio-PCD, no caso de dependente nessas condições.

Para solicitar o reconhecimento, a legislação exige avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional ou interdisciplinar que considere, dentre outros aspectos, os impedimentos gerados pela síndrome e a limitação no desempenho de atividades. A previsão de entrada em vigor é para 2026.



Depressão e outros transtornos mentais podem gerar condições especiais de trabalho

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) vai avaliar uma modificação na Resolução CNMP n.º 237/2021, que pretende incluir transtornos mentais como hipótese de incidência das condições especiais de trabalho. Atualmente, a norma prevê que apenas deficiências ou doenças graves geram esse direito.

A proposta, de autoria do conselheiro Ângelo Fabiano, visa igualar a situação dos integrantes do Ministério Público à dos integrantes do Poder Judiciário, uma vez que há norma de igual teor vigente no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Se aprovada, doenças mentais como depressão, transtorno de ansiedade e outras poderão ser enquadradas na regra das condições especiais de trabalho, gerando maior bem-estar para os servidores, como redução de carga horária, teletrabalho, entre outros benefícios.

A proposta deve ser analisada pelo Conselho nos próximos meses e será acompanhada pela diretoria da Assemperj | Sindsemp-RJ.

Especial

REFORMA ADMINISTRATIVA: RETROCESSO DISFARÇADO DE MODERNIZAÇÃO AMEAÇA DIREITOS DOS SERVIDORES

Reforma apresentada por grupo ligado à presidência da Câmara repete velhos ataques ao funcionalismo e deve enfrentar forte resistência

Ameaças às carreiras e fim de direitos históricos dos servidores públicos: em síntese, esse é o resumo das propostas de reforma administrativa apresentada pelo grupo de trabalho indicado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que busca aprovação popular após ser engolido de críticas por pautar e aprovar a PEC da Blindagem. O homem de confiança de Motta é um velho conhecido dos cariocas e dos servidores municipais, o dep. federal Pedro Paulo (PSD-RJ), que foi o relator do projeto e apareceu diariamente na mídia com o sorriso forçado e fala mansa tentando convencer o funcionalismo que a proposta dessa vez respeitaria e valorizaria o servidor público. Ninguém acreditou!

O grupo de trabalho (GT) composto por dezessete parlamentares, seis deles líderes partidários, até tentou parecer democrático: realizou diversas reuniões técnicas, cerca de dezessete audiências públicas com diversos setores e acolheu mais de duzentas contribuições de entidades no texto final do projeto. Mas o pressentimento era de que, no fundo, viria algo igual ou pior à infame PEC 32/2021, apresentada durante o governo Bolsonaro.

A desconfiança teve início já na demora para publicação do texto. No dia 02 de outubro veio a lume a catástrofe geral. Dividido em quatro eixos principais (estratégia, gestão e governança; transformação digital; RH do serviço público; privilégios nos poderes), o projeto ataca frontalmente, a pretexto de "modernizar" o Estado brasileiro, os direitos dos servidores, colocando-os como privilegiados - ou seja, nada muito diferente da PEC 32/2021. Já há inclusive quem sinta saudade da PEC apresentada no governo Bolsonaro/Guedes, reconhecidamente como ruim para os servidores.

Especial

Dentre as aberrações apresentadas, há a instituição de uma tabela remuneratória única para carreiras iguais, fim do adicional por tempo de serviço (triênios), fim da licença-prêmio, fim da indenização de férias e licenças por necessidade de serviço, criação do cargo de servidor efetivo temporário (a termo) e regime de teletrabalho excepcional para servidores.

A publicação do texto provocou a reação imediata das entidades de defesa dos servidores públicos em todo Brasil, que se sentiram enganadas por promessas de que a reforma administrativa não teria caráter fiscal.

a votação ou levá-la a uma desidratação considerável. O calendário também é apertado para alterar a constituição tão profundamente, e o primeiro objetivo deve ser jogá-la para 2026, ano eleitoral.

O risco, como sempre, é um fatiamento da proposta para deixar que a corda arrebente no colo dos servidores públicos, e a elite do serviço público saia ilesa. Vimos algo idêntico acontecer na PEC 32, quando segmentos foram retirados do texto da reforma, atendendo a pressões de grupos fortemente organizados no Congresso Nacional. Lembrando que o presidente da Câmara quer uma reforma

tar a reforma. A Fenamp e a Ansemp, nossas representações nacionais, também estão encaminhando uma campanha com apoio das entidades de base e pretendem intensificar a atuação em Brasília.

Ainda de acordo com a Fenamp, o projeto não representa modernização nem melhoria do serviço público, mas sim um pacote do retrocesso. Por trás de um discurso de combate a privilégios, a proposta abre espaço para práticas como cabides de emprego e apadrinhamento político. Outra avaliação é que a substituição de servidores concursados por temporários e terceirizados é um sério risco e compromete a qualidade do atendimento à população.

"Defendemos, sim, melhorias na administração pública, como modernização de processos, fim de supersalários e maior controle sobre verbas indenizatórias, mas sem comprometer o serviço prestado ao cidadão e o equilíbrio previsto na Constituição de 1988", afirmou Alberto Ledur, da coordenação da Fenamp.

Os próximos meses de 2025 serão cruciais nessa luta. A diretoria da Assemperj e do Sindsemp-RJ convoca todos os servidores do MPRJ a aderirem a essa luta e se mobilizarem em prol da defesa de um administração pública eficiente e com servidores valorizados, longe da precarização que contamina os serviços públicos. Vamos à luta!

> "A todo tempo se falou de combate a privilégios, neutralidade fiscal, e no final o que vimos é um texto que interfere de cima para baixo no funcionalismo, retirando direitos que, ainda que não existam mais no âmbito do funcionalismo federal, são os que ainda sustentam a valorização nas esferas estadual e municipal. Será que o deputado sabe que temos diversas carreiras que nem plano de cargos possui?", questionou Vinicius Zanata, presidente da Assemperj | Sindsemp-RJ.

Proposta desagrada a muito segmentos e vai ter resistência

A proposta é a perda de uma oportunidade para encaminhar certos consensos na sociedade em relação ao serviço público, como a questão dos supersalários. Até o momento há uma certa unanimidade de que o texto, ao tentar alterar diversos pontos extremamente sensíveis, vai encontrar muita resistência por toda parte, o que pode inviabilizar

para chamar de sua, portanto é preciso ficar vigilante.

É certo, porém, que a resistência à reforma administrativa vai dominar a agenda dos sindicatos e associações e seguirá firme nos próximos meses, inclusive para impedir que coletem as 171 assinaturas necessárias para a iniciar a tramitação do projeto. As entidades de todo Brasil devem se articular, e no Rio de Janeiro não será diferente. A diretoria da Assemperj | Sindsemp-RJ vem dialogando com lideranças para formar uma frente ampla para derro-

Sobrecarga e desvalorização: servidores podem enfrentar cenário de precarização diante das mudanças propostas.

Assédio Não

AFASTAMENTO DE DESEMBARGADOR DO TRT-1 REFORÇA QUE APENAS A LUTA COLETIVA VENCE O ASSÉDIO MORAL

Denúncias reunidas pelo Sisejufe levaram ao afastamento de desembargador acusado de assédio moral desde 2013

Assédio moral mina a dignidade no trabalho. Conhecer seus direitos é o primeiro passo para se proteger.

Um caso de assédio moral no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região ganhou destaque na mídia local nas últimas semanas. Trata-se do afastamento do desembargador Roberto Nórris, acusado de assédio moral por ao menos dez servidores desde 2013. A denúncia chamou atenção, inicialmente, para o fato de o próprio acusado — juiz trabalhista — ter como função julgar casos de assédio contra trabalhadores, demonstrando a complexidade do fenômeno da violência laboral.

Porém, o caso tem contornos de aprendizado para todos os servidores e trabalhadores do poder público, em especial do sistema de justiça. A denúncia foi levada pelo Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal (Sisejufe) e tem como força probatória apenas os relatos das vítimas que, unidas ao longo dos anos, tiveram a força e a coragem para denunciar.

Os assédios perpetrados por Nórris apontam para cobranças excessivas e uso de linguagem excessivamente dura, como: *"Quem fez esta pérola?"*; *"Vocês não sabem gramática"*; *"Não sabem usar vírgulas"*; *"Só fazem tudo errado"*; *"Só você não entende nada"*; *"Não lê"*; *"Você acha que é a desembargadora?"*. A uma das vítimas, chegou a afirmar *"que era preferível pular da janela do que entregar um trabalho desses"*.

> "O padrão do assédio no sistema de justiça é muito parecido. No sindicato, já atendemos vários servidores que vivem situações parecidas, mas que acabam por não representar, acreditando que seus relatos não serão validados ou por não terem provas materiais mais concretas, como gravações, testemunhas, etc.

Porém, a maior prova é a própria vivência da vítima que, com o relato de outras vítimas, forma um todo probatório robusto. Isso é o que chamamos de estratégia #MeToo, em referência à campanha mundial que mudou a lógica da prova nos casos de assédio moral e sexual contra mulheres mundo afora, a partir da força e consonância dos relatos das vítimas", afirma Vinícius Zanata, presidente da Assemperj | Sindsemp-RJ, que atende os casos que surgem no MPRJ.

Foi com a mesma estratégia que, em 2023, a Assemperj representou uma médica do Núcleo de Saúde Ocupacional que cometia violência de gênero durante os atendimentos. Uma nova representação com essa mesma estratégia deve ser apresentada ainda este ano e promete colocar um basta em uma situação de assédio também acompanhada há muitos anos pela diretoria da entidade.

É nesse sentido, portanto, que o envolvimento da diretoria da associação e do sindicato é crucial. Mesmo que o servidor opte por não representar, cada relato levado ao conhecimento dos dirigentes constrói uma parte da luta contra o assédio que, lá na frente, poderá ser transformada em ação coletiva e fundamentar o fim de um ciclo de violência que só pode ser interrompido com a força da luta coletiva.

Assemperj Indica

LUZ, CÂMERA, LEITURA! DICAS CULTURAIS PARA SERVIDORES E SERVIDORAS

Por **Letícia Sant'ana** - Diretora da Assemperj e do Sindsemp-RJ

Cinema – Uma Bela Vida

Aos 92 anos, o cineasta franco-grego Costa-Gavras apresenta ao público seu mais recente, e talvez mais delicado, trabalho, *Uma Bela Vida* (2024). O longa, marcado por um tom melancólico e reflexivo, aborda os temas vida e morte com extrema sensibilidade.

Baseado no livro *Le Dernier Souffle*, escrito pelo jornalista Régis Debray e pelo médico Claude Grange, o filme acompanha o encontro entre Fabrice (Denis Podalydès), um filósofo renomado, e Augustin (Kad Merad), médico especializado em cuidados paliativos. *Uma Bela Vida* reafirma o olhar humanista do diretor, consolidando sua trajetória como um dos grandes e mais longevos nomes do cinema contemporâneo. Imperdível.

Foto: *Filmes do Estação/Divulgação*

Festival de Teatro do Rio de Janeiro

A primeira edição do Festival de Teatro do Rio de Janeiro vai ocupar o Teatro Riachuelo entre 7 de outubro e 2 de novembro, com espetáculos consagrados, oficinas e debates.

O evento promete entrar para o calendário cultural brasileiro com uma programação imperdível que reúne 12 grandes espetáculos, estrelados por nomes como Claudia Raia, Clayton Nascimento, Débora Falabella, Gregório Duvivier, Othon Bastos, Renata Sorrah e Vera Holtz.

O público poderá rever montagens de sucesso como *Prima Facie* (com Débora Falabella), *Macacos* (com Clayton Nascimento), *Ao Vivo – Dentro da Cabeça de Alguém* (com Renata Sorrah e a Cia Brasileira), *Não me Entrego, Não!* (com Othon Bastos), *O Céu da Língua* (com Gregório Duvivier), *King Kong Fran* (com Rafaela Azevedo) e *Tom na Fazenda* (com Armando Babaioff) — que celebra quase nove anos em cartaz.

Teatro Riachuelo Rio
Rua do Passeio, 38 – Centro, Rio de Janeiro–RJ
CEP: 20021-290

Literatura

A primeira antologia poética do autor sírio-palestino Ghayath Almadhoun publicada no Brasil, *Você deu em pagamento o meu país*, traduzida diretamente do árabe por Alexandre Chareti, reúne 31 poemas que abordam temas como guerra, exílio, pertencimento e colonialismo, com uma linguagem marcada pelo lirismo cortante e pela força imagética.

Com uma escrita que desafia os limites do poema e da linguagem, a obra é um testemunho poético da violência, da resistência e da busca por identidade em tempos de genocídio e apagamento cultural.

Foto: *Imagem do site da Amazon*

Série – Pssica

Em *Pssica*, minissérie baseada no livro de Edyr Augusto e dirigida por Fernando e Quico Meirelles, três desconhecidos cruzam seus destinos pelas águas do Rio Amazonas. Janalice (Domithila Catete) é sequestrada por uma quadrilha de tráfico humano; Preá (Lucas Galvino) enfrenta dilemas como líder de uma gangue de ratos d'água; e Mariangel (Marleyda Soto) busca vingança pela morte da família. Sem saber da existência uns dos outros, acabam se encontrando e tentando sobreviver à "pssica" — que, na gíria regional, quer dizer "azar", "maldição", que acreditam carregar.

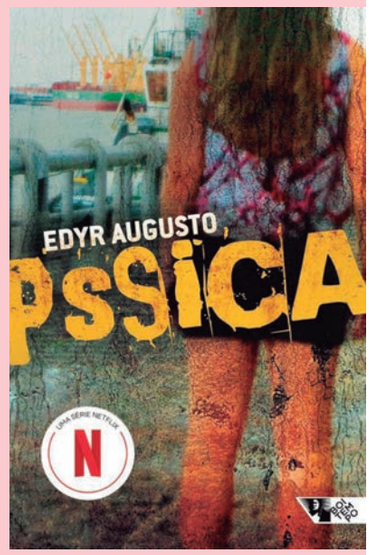


Foto: *Reprodução/Amazon*

Divulgação

SERVIDOR EM FOCO: NOVO VIDEOCAST DO SINDSEMP-RJ FORTALECE A VOZ DOS SERVIDORES

Iniciativa reforça o papel do sindicato como espaço de diálogo, consciência e ação coletiva

Nossa diretoria segue comprometida em entregar aos sindicalizados uma comunicação cada vez mais diversificada e informativa! A novidade agora é o *videocast Servidor Em Foco*, mais uma iniciativa que visa prestar um serviço ainda mais profissional para todos. O episódio de estreia ocorreu no dia 03 de outubro, no estúdio da jornalista Isabele Benito, e contou com a participação do presidente Vinicius Zanata e dos diretores Matheus Fraga e Uélinton Gomes.

Além do vídeo divulgado no nosso canal do *YouTube* e de outros menores nas redes sociais, publicamos também um material em áudio na plataforma *Spotify*. O objetivo é modernizar nossa comunicação e informar, por meio de outras ferramentas, sobre assuntos de interesse da categoria. Seguindo uma tendência do público, vamos explorar melhor a comunicação audiovisual para facilitar o entendimento de determinados temas por parte dos nossos filiados. Será uma opção a mais para dar visibilidade e tratar de questões fundamentais à categoria. Nosso alcance por *e-mail*, *WhatsApp* e redes sociais já chega a praticamente todos os filiados, e a expectativa agora é atingir ainda mais nossa base, buscando a conscientização sobre os assuntos que estão sendo tratados pela diretoria.

Foto: Eduardo Sá.

Vinicius Zanata, Matheus Fraga e Uélinton Gomes estreiam o videocast Servidor em Foco.

Foto: Eduardo Sá.

No primeiro episódio do *Servidor Em Foco*, nossa diretoria debateu pautas comuns aos colegas e apresentou o projeto. A revogação do Adicional de Qualificação, pleitos em análise pela Administração, articulação política ao nível estadual e nacional, dentre muitos outros temas, foram alvo das conversas. Nos episódios seguintes, a ideia é convidar lideranças sindicais parceiras, pesquisadores, parlamentares, intelectuais e outros setores da sociedade para dialogar sobre assuntos do nosso interesse.

Visando ampliar o alcance da nossa comunicação, vamos também nos adequar aos formatos mais acessados pelo público, de modo a entregar uma informação mais clara e com uma linguagem mais acessível. Debate, consciência e ação sindical são as diretrizes do projeto. Nosso canal do *YouTube* centralizará o vídeo na íntegra, e pelo *Instagram* estamos divulgando pílulas com temas específicos. O áudio foi publicado em formato de *podcast* no *Spotify*, a fim de facilitar o acesso para quem estiver em trânsito ou tiver preferência pelo uso dessas ferramentas.

Aproveite para se inscrever no nosso canal e não perder nenhum episódio.

Fique de olho nas nossas publicações nas redes sociais!

Opinião

SÓ FAÇA SE ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO

Por **Vinicius Zanata Alves Lobo**

No Ministério Público, existem diversos cargos de secretário: secretário de CRAAI, secretário de CAO, há também o servidor da Promotoria, que chamamos erroneamente de secretário, além do secretário de área, subordinado diretamente ao Secretário-Geral. Todos são cargos legítimos e fundamentais ao serviço oferecido pelo *parquet*. Um cargo de secretário, porém, insiste em existir fora das atribuições legais: o de secretário(a) particular da chefia.

Recentemente, foi manchete nas páginas de notícias a condenação de uma juíza pelo crime de peculato-desvio por utilizar servidores em serviços domésticos, como babá, para resolver problemas no banco e fazer compras em supermercado, dentre outras situações absolutamente inaceitáveis.

Apesar de ter chamado atenção, na vida real dos órgãos, a situação é comum e, às vezes, banalizada. O servidor, de início, costuma ter uma reação de perplexidade, mas, a fim de evitar problemas, muitos acabam cumprindo tarefas de ordem estritamente pessoal, totalmente fora de suas atribuições.

Pedidos para pagar contas, levar o filho à escola, contratar serviços, servir um café, realizar pesquisas de interesse particular, resolver problemas pessoais: são muitos os casos e relatos de uso do poder diretivo em benefício do agente, que podem configurar assédio moral, desvio de função, improbidade administrativa e, no limite, crime de peculato — como no caso da juíza.

Vale dizer que também nós, servidores, agimos com incorreção quando utilizamos estagiários, residentes ou terceirizados para serviços particulares, pois nenhum deles está à disposição para cumprir tarefas pessoais de suas chefias. Nem a título de favor, inclusive, se deveria dirigir solicitações dessa natureza em uma relação de trabalho, pois é bastante questionável, em uma relação de subordinação, o espaço existente para declinar do pedido.

Por isso, não hesitem em colocar os limites das suas atribuições à chefia. Dizer "não" pode desagradar no curto prazo, mas dizer "sim" pode gerar situações difíceis de contornar no futuro. Somos servidores públicos. Estamos a serviço da sociedade fluminense, sempre guiados pela legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa. Servidor público não secretaria a vida pessoal da chefia, secretaria órgãos em suas finalidades institucionais.

Fique atento e denuncie os casos de abuso!

Servidor em foco

"NINGUÉM SAI ILESO DE UMA MÃE": CAMILA ANLLELINI FALA SOBRE SEU LIVRO E INSPIRAÇÕES

Entre afetos e lembranças, servidora do MPRJ aborda a complexa relação entre mãe e filha em livro

A coluna *Servidor em Foco* deste mês traz a divulgação do livro *De Amor e Outros Ódios*, da associada Camila Parobé Anllelini, que foi semifinalista do Prêmio Jabuti 2024 e finalista do Prêmio Minuano de Literatura 2024. Sua obra já vendeu mais de 500 exemplares e lhe rendeu participação em diversos debates, como na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) e na Bienal do Livro, além de entrevistas para *O Globo*, *Le Monde Brasil*, *Metrópole*, dentre outros veículos de comunicação.

Camila é servidora do MPRJ desde 2013 e, atualmente, está lotada na Secretaria das Procuradorias da Infância e da Juventude. Mestre em Resolução de Conflitos e Mediação e pós-graduada em Psicanálise, Arte e Literatura, ela também é associada ao Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Seu livro foi publicado em setembro de 2023 pela Editora Patuá e fala sobre a relação de uma filha com a mãe.

Segundo a autora, remete às suas memórias, mas de modo a trazer elementos atemporais e universais, já que todos somos marcados pela presença ou ausência da mãe. Na entrevista à Assemperj, ela fala sobre literatura, suas inspirações e referências, as expectativas sobre seu futuro no meio e os próximos livros que estão sendo pensados.

Como a literatura entrou na sua vida?

A literatura está presente na minha vida desde que fui alfabetizada e encontrei nos livros o caminho para ampliar o mundo. Muito cedo me tornei uma leitora contumaz e, pela via da educação, por meio de uma professora de português, descobri que eu tinha algo a fazer com a curiosidade que andava comigo. Passei a escrever, porém, somente em 2018 a escrita se tornou parte do meu ofício — a partir de publicações digitais, em coletivos de escritoras e, posteriormente, com a publicação do meu primeiro livro.

Fale sobre o seu livro ter concorrido a grandes premiações no universo da literatura.

Essa é uma das maiores realizações de quem trabalha: ter seu trabalho reconhecido. No entanto, não é com esse fim que escrevo. As indicações aos maiores prêmios literários do país foram uma consequência feliz e surpreendente, dado o grande número de escritores e escritoras excelentes em todo o Brasil. Eu acredito no trabalho, na insistência e na constância. Escrever é um trabalho de insistência — de dizer de forma diferente aquilo que já está no mundo, é olhar pelos detalhes e dar contorno ao que até então passava despercebido.

Camila Anllelini já vendeu mais de 500 exemplares e participou de debates e entrevistas em veículos nacionais e internacionais.

Foto: Bruno Bou Haya.

Quais são as suas referências literárias e inspirações para escrever?

Tudo me inspira a escrever, não só a literatura. Uma cena cotidiana, uma conversa fragmentada de duas pessoas em local público, um ângulo novo nos percursos de sempre; qualquer recorte da vida pode se transformar em material literário. Considero sempre injusto pinçar nomes como referência, porque sei que deixo outros tantos à margem sem que mereçam. Mas Clarice Lispector, com seu estilo de fluxo de consciência, é uma grande inspiração; Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Socorro Acioli, Mariana Salomão Carrara e, atualmente, Cristina Peri Rossi; quem eu deveria ter conhecido há muito tempo. São muitas as mulheres que me inspiram, não necessariamente em estilo narrativo, mas pela coragem de fazer o que fazem.

Acesse a íntegra da entrevista no site da Assemperj.